



MMUN III: Assembleia Geral

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009

Capa

Mayra Evangelista Soares

Revisão

Mayra Evangelista Soares

Maria Eduarda Santana de Negreiros

Preparação

Maria Eduarda Santana de Negreiros

[2025]

Todos os direitos desta edição reservados ao Manoel Model United Nations.

www.instagram.com/manoelnationalmun/

MMUN III: Assembleia Geral

Secretária Geral

Mayra Evangelista Soares

Diretores de Comitê

Maria Eduarda Santana de Negreiros

Pablo Riquelme Oliveira Cardoso

Flavia Lohanny Barreto Dantas

Silvia Beatriz Portela Santos Almeida

Roseane Silva Oliveira

Secretária de Logística

Álvaro Moura de Melo

Secretária de Marketing

Clarice Freitas Duque de Oliveira

Secretária de Comunicação

Larissa Lopes de Lima

MMUN III: Assembleia Geral

SUMÁRIO

Carta da Secretária	6
Carta da Diretora.....	7
1.1 Contexto do Comitê.....	8
2. MMUN III: Assembleia Geral	
Assembleia Geral Da ONU.....	8
2.1. História da ONU.....	8
2.2. Estrutura da Assembleia Geral.....	9
2.3. Reflexões para o Futuro.....	9
3. Contexto Histórico.....	11
4. Guerras.....	19
5.1 A Guerra na Síria.....	19
5.2 Conflitos no Oriente Médio.....	21
5.3 BRICS e Sua Relevância Geopolítica.....	25
5.4 Conflitos em Moçambique e Relações com a África do Sul.....	29
5.5 Ações dos EUA para a Soberania Internacional	33

MMUN III: Assembleia Geral

6. Pontos de Discussão.....	36
5.1. Impactos Globais dos Conflitos.....	36
5.2. Intervenção Internacional e Papel das Potências.....	36
5.3. Soluções e Estratégias para a Paz Duradoura.....	37
7. Posicionamentos.....	38
8. Conclusão do Guia de Estudos: Reflexões sobre os Conflitos Geopolíticos Contemporâneos.....	41
8.1. A Soberania Nacional em Jogo.....	41
8.2. Intervenções Externas e Imperialismo Moderno.....	41
8.3. A Dinâmica das Potências Emergentes: O Papel do BRICS.....	41
8.4. A Influência do Imperialismo e os Movimentos de Expansão.....	41
8.5. Impacto Regional e Relações Bilaterais.....	42
8.6. Conclusão Geral.....	42

MMUN III: Assembleia Geral

CARTA DA SECRETÁRIA GERAL

Caros delegados,

É com imensa honra que o Secretariado se dirige a todos vocês através desta carta. Gostaria de lhes expressar as minhas mais sinceras saudações, por obterem coragem e determinação de adentrarem no mundo da diplomacia e buscarem, por meio do diálogo, soluções pacíficas e justas para os imbróglis que afligem o âmbito internacional. Em meio a conflitos, divergências e disputas por poder, vozes como as suas precisam se destacar, demonstrando que, através da diplomacia, o mundo pode, sim, ser um lugar muito melhor.

Diante disso, queremos lhes desejar boas-vindas ao Manoel MUN. Esperamos que, por meio deste projeto, você receba o apoio necessário para explorar exponencialmente suas capacidades em realizar debates, expressando criatividade e liderança. Preparem-se para defender os interesses de uma nação, na qual valoriza acima de tudo a sua cultura, valores e soberania. Dessa maneira, é chegada a hora de conhecer o verdadeiro universo das relações diplomáticas.

Esperamos que vocês estejam dispostos a enfrentar desafios, sair da zona de conforto e demonstrar como lidar com situações que, no futuro, podem decidir a trajetória do cenário internacional. E, acima de tudo, lembre-se sobre a importância da vida e de suas implicações.

Estamos aqui para tornar esta a sua melhor experiência no mundo das simulações. Como a sua mais nova família, queremos expressar a nossa alegria em poder compartilhar esta trajetória que promete ser marcante e inesquecível em nossas memórias. Dessa forma, desejamos que, assim como nós, vocês também estejam empolgados para a tão sonhada terceira edição do Manoel Model United Nations.

Atenciosamente, Secretariado.

MMUN III: Assembleia Geral

CARTA DA DIRETORA

Excelentíssimos(as) delegados(as),

É com grande satisfação que lhes dou as boas-vindas ao comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta simulação nos convida a refletir sobre os principais desafios da política internacional, em um cenário cada vez mais complexo e instável.

Questões como a prolongada guerra na Síria, os constantes conflitos no Oriente Médio e as disputas em Moçambique desafiam a capacidade da comunidade internacional de promover a paz, proteger os direitos humanos e respeitar a soberania dos povos. Ao mesmo tempo, o papel das grandes potências — especialmente os Estados Unidos — levanta debates importantes sobre os limites da influência externa e a legitimidade das intervenções internacionais. Também é necessário observar com atenção a atuação dos BRICS, cuja crescente relevância geopolítica influencia diretamente a dinâmica entre as nações e sinaliza uma possível reconfiguração da ordem mundial.

Diante desse panorama, espera-se de cada delegado não apenas conhecimento e argumentação, mas também maturidade diplomática, escuta ativa e disposição para o diálogo. Que esta simulação seja um espaço de aprendizado, respeito e construção coletiva. Desejo a todos um excelente comitê. Que o debate aqui travado reflita a seriedade dos temas e a grandeza das ideias que vocês têm a oferecer.

Atenciosamente,

Maria Eduarda Santana de Negreiros

Diretora da Assembleia Geral das Nações Unidas



1. CONTEXTO DO COMITÊ

O cenário internacional enfrenta desafios cada vez mais interconectados, nos quais conflitos armados, disputas territoriais e rivalidades estratégicas se entrelaçam com interesses econômicos e ideológicos. A fragmentação da ordem internacional, marcada por novas potências emergentes e pela multiplicação de atores não estatais, impõe limites à eficácia das instituições tradicionais de governança global, como a ONU e o Conselho de Segurança.

A ascensão de blocos como o BRICS está remodelando a geopolítica contemporânea, promovendo um regionalismo mais assertivo e colocando em xeque a hegemonia ocidental. O fortalecimento de países como China, Rússia e Índia gera desequilíbrios no sistema multilateral e reconfigura alianças, influenciando diretamente os rumos da segurança internacional.

Nesse contexto, o comitê examinará cinco eixos centrais: a Guerra na Síria como símbolo de conflito prolongado e de interesses internacionais em choque; os conflitos no Oriente Médio, com destaque para a rivalidade Irã-Arábia Saudita, a questão Israel-Palestina e o papel dos EUA; o impacto geopolítico do BRICS na ordem internacional; os conflitos em Moçambique e as relações com a África do Sul, evidenciando a instabilidade regional africana; e, por fim, as ações dos Estados Unidos, potência que equilibra discursos de paz com práticas intervencionistas, gerando debates sobre soberania e segurança global.

Diante desse panorama, o comitê se propõe a discutir de forma crítica as causas dos conflitos, os interesses por trás da atuação das potências internacionais e os caminhos possíveis para a manutenção da ordem internacional, por meio de soluções diplomáticas que respeitem o multilateralismo e os princípios da Carta das Nações Unidas.

3. MMUN III: Assembleia Geral

Assembleia Geral Da ONU

2.1. História da ONU

MMUN III: Assembleia Geral

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi estabelecida em 24 de outubro de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de promover a cooperação internacional, garantir a paz e a segurança global, além de fomentar relações amistosas entre as nações. Antes da ONU, a Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, não conseguiu evitar conflitos futuros, o que destacou a necessidade de uma organização mais eficaz. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi precedida pela Liga das Nações, criada em 28 de julho de 1919 pelo Tratado de Versalhes após a Primeira Guerra

Mundial. A finalidade da Liga das Nações era garantir a segurança mundial e prevenir novos conflitos globais.

No entanto, a Liga das Nações não conseguiu evitar a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o que levou à sua dissolução.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a ONU foi idealizada e sua criação foi concretizada em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta da ONU pelos Aliados (EUA, Reino Unido, China, União Soviética e França) e pela maioria dos signatários. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) faz parte da estrutura permanente da ONU, criado concomitantemente com a própria organização. A Carta da ONU, além de criar a organização, também estabeleceu o CSNU.

2.2 Estrutura da Assembleia Geral

A Assembleia Geral da ONU é um dos seis principais órgãos das Nações Unidas e funciona como seu fórum deliberativo principal. Sua estrutura inclui:

1. Plenário

- Composto por todos os 193 Estados-membros da ONU, cada um com direito a um voto.
- Toma decisões sobre temas importantes, como paz, segurança, admissão de novos membros e orçamento da ONU.
- As resoluções aprovadas não são obrigatórias, mas têm grande peso político e diplomático.

2. Presidência

- Eleita anualmente, a presidência da Assembleia Geral é ocupada por um representante de um Estado-membro, seguindo um rodízio entre as diferentes regiões do mundo.
- O presidente tem um papel administrativo e de mediação nos debates.

MMUN III: Assembleia Geral

3. Seis Comitês Principais

Cada comitê foca em uma área específica e é composto por todos os Estados-membros:

1. Primeiro Comitê (Desarmamento e Segurança Internacional) – Questões de segurança global e controle de armas.
2. Segundo Comitê (Econômico e Financeiro) – Desenvolvimento econômico, globalização e questões financeiras internacionais
3. Terceiro Comitê (Social, Humanitário e Cultural) – Direitos humanos, questões humanitárias e assuntos sociais.
4. Quarto Comitê (Político Especial e de Descolonização) – Questões políticas, operações de paz e territórios não autônomos.
5. Quinto Comitê (Orçamento e Administração) – Gestão financeira da ONU.
6. Sexto Comitê (Jurídico) – Questões legais e desenvolvimento do direito internacional.

4. Sessões e Trabalhos

- A sessão ordinária começa em setembro e dura até dezembro, podendo ser retomada no ano seguinte.
- Sessões especiais podem ser convocadas pelo Conselho de Segurança, pela maioria dos membros da Assembleia ou pelo secretário-geral.
- Os debates são amplos e democráticos, com cada país tendo voz.

A Assembleia Geral não tem poder coercitivo como o Conselho de Segurança, mas influencia decisões globais e define diretrizes para outras agências da ONU.

2.3. Reflexões para o Futuro

O risco de uma terceira guerra mundial não é apenas uma hipótese distante; ele surge como uma possibilidade concreta caso as tensões globais continuem a crescer sem uma resposta eficaz. Este comitê busca explorar caminhos para evitar esse cenário, promovendo o diálogo entre as nações, fortalecendo os mecanismos de paz do CSNU e adaptando as instituições internacionais aos desafios do século XXI.

MMUN III: Assembleia Geral

Somente por meio de uma cooperação global real e de ações coordenadas será possível garantir a paz e a estabilidade mundial.

3. Contexto Histórico

A Segunda Guerra Mundial terminou com a criação da ONU, destinada a prevenir futuros conflitos globais. No entanto, as tensões entre as superpotências levaram à Guerra Fria, um período marcado pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética. O fim da Guerra Fria não eliminou todas as tensões, e o mundo viu o surgimento de novas potências como a China, além de conflitos regionais contínuos. Os objetivos das potências envolvidas em uma hipotética Terceira Guerra Mundial poderiam incluir expansão territorial, hegemonia global, proteção de interesses nacionais e formação de alianças estratégicas.

Alguns países podem buscar expandir seu território e influência, como a Rússia tem feito na Ucrânia. Superpotências como os EUA e a China podem buscar afirmar sua supremacia global, garantindo acesso a recursos estratégicos e rotas comerciais. Países podem entrar em conflito para proteger seus interesses nacionais vitais, como a segurança energética ou a estabilidade econômica. A formação e manutenção de alianças estratégicas seriam cruciais, com países buscando fortalecer suas posições através de coalizões militares e econômicas.

A Primeira e a Segunda Guerra Mundial, bem como a Guerra Fria, são exemplos históricos de tensões globais que rapidamente escalaram para conflitos de larga escala. A criação da ONU foi uma tentativa de evitar a repetição desses eventos, mas as tensões geopolíticas e os interesses divergentes das potências mundiais continuam a ameaçar a paz global. A história nos mostra a importância de esforços diplomáticos e mecanismos de resolução de conflitos para prevenir uma Terceira Guerra Mundial, cujas consequências seriam catastróficas para a humanidade e para o planeta.

Primeira Guerra Mundial (1914-1918): A Primeira Guerra Mundial foi um conflito global que envolveu as principais potências europeias e suas colônias, dividindo-se entre os Aliados e as Potências Centrais (lideradas pelo Império Alemão, Áustria-Hungria e Império Otomano). O conflito foi desencadeado pelo assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria em Sarajevo, em 1914, e rapidamente se transformou em uma guerra total com consequências devastadoras. Milhões de soldados e civis morreram em batalhas de trincheiras na Europa Ocidental, enquanto o conflito se estendia por outros teatros de guerra, incluindo o Império Otomano e o norte da África. A guerra terminou com o Tratado de Versalhes em 1919, que impôs pesadas penalidades à Alemanha e reconfigurou o mapa político da Europa.

MMUN III: Assembleia Geral



(A batalha de Verdun foi uma das mais importantes da Primeira Guerra Mundial e ocorreu em abril de 1916).

Segunda Guerra Mundial (1939-1945): A Segunda Guerra Mundial foi o conflito mais mortal da história. Iniciou-se com a invasão da Polônia pela Alemanha nazista em setembro de 1939 e se expandiu rapidamente com as invasões da União Soviética pela Alemanha em 1941 e do Pacífico pelo Japão. As potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) lutaram contra os Aliados (liderados por Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e China), resultando em batalhas cruciais como Stalingrado, Midway e Normandia. O conflito culminou em 1945 com a rendição das Potências do Eixo após o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki pelos Estados Unidos, seguido pela rendição do Japão.

MMUN III: Assembleia Geral



Guerra Fria (1947-1991): A Guerra Fria foi um período de intensa rivalidade política, militar e econômica entre os Estados Unidos e seus aliados da OTAN e a União Soviética e seus aliados do Pacto de Varsóvia. Caracterizou-se por uma competição ideológica entre capitalismo e comunismo, corrida armamentista nuclear, espionagem e conflitos indiretos em todo o mundo. Eventos significativos incluem a construção do Muro de Berlim em 1961, a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962, e a guerra no Vietnã (1955-1975). A Guerra Fria terminou com o colapso da União Soviética em 1991 e a subsequente dissolução do Pacto de Varsóvia, deixando os Estados Unidos como a única superpotência global.

MMUN III: Assembleia Geral



Charge satírica sobre a corrida armamentista.

Guerra da Coreia (1950-1953): A Guerra da Coreia foi um conflito entre a Coreia do Norte, apoiada pela China e pela União Soviética, e a Coreia do Sul, apoiada pelas Nações Unidas lideradas pelos Estados Unidos. Começou em 1950 quando a Coreia do Norte invadiu o Sul, levando a uma intervenção internacional para conter a agressão comunista. O conflito estagnou-se na península coreana ao longo do Paralelo 38, resultando em um armistício em 1953 que dividiu o país em dois estados separados até hoje.



Fonte:BBC News Mundo

MMUN III: Assembleia Geral

Conflito Árabe-Israelense (século XX): O conflito entre árabes e israelenses começou com a criação do Estado de Israel em 1948, após a retirada britânica da Palestina. Desde então, várias guerras e confrontos ocorreram, incluindo a Guerra Árabe-Israelense de 1948-1949, a Guerra dos Seis Dias em 1967, e a Guerra do Yom Kippur em 1973. O conflito envolve questões territoriais, religiosas e históricas, com várias tentativas de paz mediadas internacionalmente, incluindo os Acordos de Oslo em 1993.



Fonte: Wikimedia commons 3

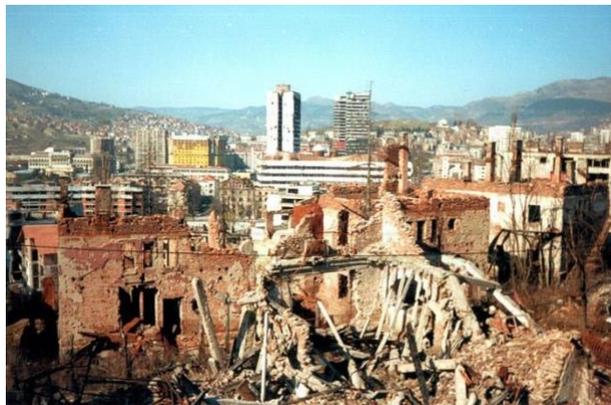
Guerra do Vietnã (1955-1975): A Guerra do Vietnã foi um conflito prolongado entre o Vietnã do Sul, apoiado pelos Estados Unidos e outras nações ocidentais, contra o Vietnã do Norte, apoiado pela União Soviética e pela China. Foi uma guerra de guerrilha brutal que resultou em milhões de mortes e um impacto duradouro na política interna dos Estados Unidos. Terminou com a retirada das forças americanas em 1973 e a queda de Saigon em 1975, unificando o Vietnã sob controle comunista.

MMUN III: Assembleia Geral



Execução em Saigon

Guerra Civil na Bósnia (1992-1995): Após a dissolução da Iugoslávia, a Bósnia-Herzegovina declarou independência em 1992, desencadeando uma guerra civil entre sérvios, croatas e bósnios muçulmanos. O conflito foi caracterizado por limpezas étnicas horríveis, incluindo o genocídio de Srebrenica em 1995, que resultou na morte de milhares de bósnios muçulmanos. Terminou com o Acordo de Dayton em 1995, que dividiu o país em duas entidades, a Federação da Bósnia e Herzegovina e a República Srpska.



Consequências da guerra na Bósnia

Genocídio em Ruanda (1994): Em 1994, Ruanda experimentou um genocídio brutal onde cerca de 800.000 tutsis e hutus moderados foram massacrados em apenas 100 dias por extremistas hutus. O conflito étnico e político foi exacerbado por décadas de colonialismo e divisões artificiais criadas pelos

MMUN III: Assembleia Geral

colonizadores belgas. A comunidade internacional falhou em intervir eficazmente para conter o genocídio, resultando esforços de reconciliação desde então.



Foto: Ventures Africa. Consequências da guerra em Ruanda

Guerra no Afeganistão (2001-presente): Após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, liderados pela Al-Qaeda baseada no Afeganistão, os Estados Unidos lançaram uma invasão militar para derrubar o regime talibã e desmantelar as bases da Al-Qaeda. A guerra continua até hoje, com a presença de forças internacionais e um conflito prolongado entre o governo afegão apoiado pelo Ocidente e insurgentes talibãs e outros grupos militantes.



Combatentes do Talibã retomaram a capital Cabul e o controle do Afeganistão 20 anos após a invasão americana.

Conflito na Síria (2011-presente): O conflito na Síria começou como parte da Primavera Árabe em 2011, com protestos pacíficos contra o regime do presidente Bashar al-Assad que logo se transformaram em uma guerra civil brutal. O conflito envolve múltiplos atores internacionais e grupos rebeldes, incluindo o Estado Islâmico (ISIS), com consequências humanitárias devastadoras, incluindo milhões

MMUN III: Assembleia Geral

de refugiados e mortes. A Síria tornou-se um campo de batalha para interesses regionais e internacionais, complicando os esforços de paz e reconstrução.



Vítimas refugiadas do conflito da Síria

Anexação da Crimeia pela Rússia (2014): Após a revolução na Ucrânia em 2014, a Rússia anexou a Crimeia, uma ação amplamente condenada pela comunidade internacional como uma violação da soberania ucraniana. O conflito no leste da Ucrânia entre forças pró-russas e ucranianas continua até hoje, refletindo tensões geopolíticas entre a Rússia e o Ocidente.



ataque à ponte da Crimeia, 2022.

5. GUERRAS

5.1 A Guerra na Síria



1. Introdução

A guerra na Síria, iniciada em 2011, tornou-se um dos conflitos mais complexos e devastadores do século XXI. O conflito começou como um levante popular contra o governo do presidente Bashar al-Assad, mas rapidamente evoluiu para uma guerra civil multifacetada, envolvendo diversas facções internas e potências regionais e internacionais. A guerra resultou em centenas de milhares de mortos, milhões de deslocados e a destruição da infraestrutura do país. Além disso, o conflito se tornou um campo de batalha para disputas geopolíticas entre grandes potências.

2. Contexto Histórico

2.1. O Regime de Bashar al-Assad

Bashar al-Assad assumiu o poder em 2000, após a morte de seu pai, Hafez al-Assad, que governou a Síria com mão de ferro por três décadas. Seu governo seguiu a mesma linha autoritária, mantendo o controle sobre a população através da repressão política e militar.

2.2. A Primavera Árabe e os Protestos na Síria (2011)

A guerra na Síria teve início no contexto da Primavera Árabe, uma onda de protestos que se espalhou pelo Oriente Médio e Norte da África em 2011, exigindo reformas democráticas e o fim de regimes autoritários. Na Síria, manifestações começaram em março de 2011 na cidade de Daraa, após a prisão e tortura de adolescentes que haviam pichado slogans revolucionários. A repressão violenta do governo gerou indignação e levou a protestos em todo o país.

3. Principais Fases do Conflito

3.1. De Protestos a Guerra Civil (2011-2012)

Os protestos pacíficos logo foram respondidos com repressão brutal, resultando na militarização da oposição. O Exército Sírio Livre (ESL) foi formado por desertores do exército governamental, marcando



5.2 Conflitos no Oriente Médio



Conflitos no Oriente Médio: O Efeito da Cascata da Guerra de Gaza

O Oriente Médio tem sido uma região marcada por instabilidade política, disputas territoriais e conflitos prolongados, com a Guerra de Gaza sendo um dos episódios mais emblemáticos de violência e tensões. O conflito entre Israel e Palestina não apenas tem impacto local, mas reverbera em outras áreas do Oriente Médio e além, criando um efeito de cascata que afeta a segurança regional, as relações internacionais e a dinâmica política de vários países.

Este guia de estudo analisa a Guerra de Gaza, seus antecedentes, o impacto direto e indireto do conflito, e como ele contribuiu para uma escalada de tensões no Oriente Médio e no cenário global.

Antecedentes Históricos do Conflito Israel-Palestina

1. A Criação de Israel e os Primeiros Conflitos:

O embrião do conflito remonta à criação do Estado de Israel, em 1948, após o fim do mandato britânico na Palestina. A fundação de Israel levou a uma série de guerras árabe-israelenses e resultou na deslocação de centenas de milhares de palestinos, que se tornaram refugiados em diversos países árabes. Desde então, a disputa por território e o reconhecimento do direito à autodeterminação do povo palestino têm sido questões centrais.

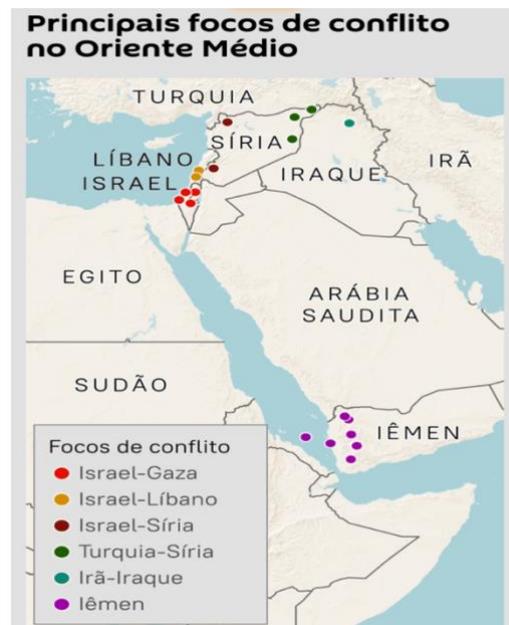
2. A Guerra de Gaza e as Fações em Conflito:

Gaza, uma estreita faixa de terra na costa do Mediterrâneo, tem sido um dos principais focos do conflito. Desde que o Hamas, um grupo islâmico militante, assumiu o controle de Gaza em 2007, a região tem sido palco de frequentes confrontos entre Israel e os militantes palestinos. Os ataques mútuos, incluindo lançamentos de foguetes e bombardeios aéreos, têm causado uma perda devastadora de vidas e uma destruição massiva na faixa de Gaza.

MMUN III: Assembleia Geral

3. A Última Escalada (2021 e 2022):

A escalada de violência mais recente entre Israel e o Hamas aconteceu em 2021, quando tensões em Jerusalém se transformaram em confrontos armados entre as duas partes. A resposta israelense, caracterizada por bombardeios massivos em Gaza, resultou em centenas de mortes, principalmente de civis palestinos. Embora a violência tenha diminuído temporariamente, o cenário permanece volátil.



O Efeito Cascata: Como a Guerra de Gaza Afeta o Oriente Médio

4. Repercussões Regionais: A Intensificação das Tensões no Oriente Médio

A guerra de Gaza não afeta apenas os israelenses e os palestinos, mas tem um efeito cascata que reverbera em vários países do Oriente Médio. A crescente violência e a morte de civis palestinos aumentam o sentimento anti-israelense em países árabes, principalmente na Síria, Líbano, Irã e Egito, alimentando grupos militantes como o Hezbollah e facções jihadistas.

5. A Involução do Irã e seus Aliados:

O Irã, que tem sido um dos principais apoiadores do Hamas, intensifica seu papel como potência regional no apoio à luta palestina. Teerã tem oferecido apoio financeiro, logístico e militar ao Hamas e outros grupos militantes, o que não apenas contribui para a continuidade do conflito, mas também aumenta a rivalidade com Israel e seus aliados ocidentais, particularmente os Estados Unidos e Arábia Saudita. Este apoio também contribui para a radicalização de movimentos militantes na região.

6. A Reação da Liga Árabe e a Divisão Interna:

A Liga Árabe frequentemente condena as ações de Israel em Gaza, mas a resposta dos países árabes tem sido ambígua. Enquanto alguns, como o Egito e a Arábia Saudita, se preocupam com a segurança regional e a estabilidade, outros, como o Líbano e a Síria, expressam apoio mais explícito aos palestinos. Essa divisão interna entre os países árabes é agravada pelas diferentes alianças e interesses estratégicos na região.

7. O Impacto em Outros Conflitos Regionais:

A guerra em Gaza também tem efeitos indiretos em outros conflitos do Oriente Médio. A guerra civil síria e a instabilidade no Líbano, exacerbadas pela presença de grupos militantes e a crescente radicalização, são alimentadas pelas tensões geradas pelo conflito israelense-palestino. Além disso, a contínua intervenção iraniana em países como o Iémen e Irak também é influenciada pela dinâmica da luta palestina, com o Irã tentando aumentar sua influência em resposta às ações israelenses.

O Efeito na Política Internacional e Relações Globais

8. A Reação Internacional: Apoios e Condenações

O conflito de Gaza atrai grande atenção internacional. Estados Unidos e países europeus tendem a apoiar Israel, citando seu direito à autodefesa contra ataques terroristas. Por outro lado, países do mundo árabe, como Turquia e Qatar, condenam as ações de Israel e expressam apoio à causa palestina. No entanto, a resposta global também revela divisões internas, com alguns países defendendo uma solução pacífica e outros priorizando seus interesses geopolíticos.

9. O Papel da ONU e da Diplomacia Internacional:

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem tentado intermediar a paz entre as partes, mas os esforços são frequentemente frustrados pelas posições irreconciliáveis de Israel e dos palestinos. O Conselho de Segurança da ONU tem sido incapaz de adotar resoluções eficazes devido ao veto de potências ocidentais, como os Estados Unidos, que têm sido historicamente aliados de Israel.

10. A ascensão de Movimentos Pro-Palestina:

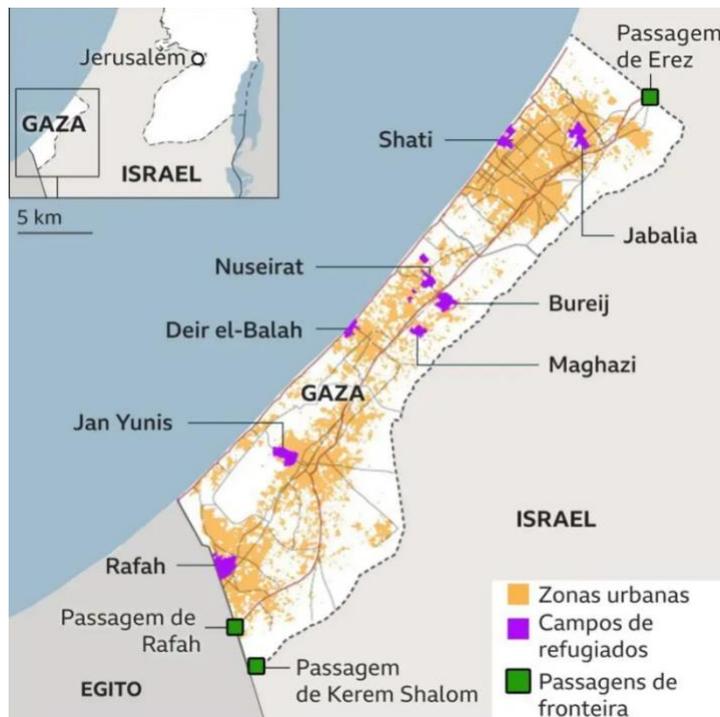
O conflito também contribui para o crescimento de movimentos pro-palestina em várias partes do mundo, especialmente nas universidades e em alguns países da Europa. Grupos da sociedade civil têm pressionado governos ocidentais a reconsiderar sua postura sobre o conflito e aumentar a pressão sobre Israel para que se busque uma solução política duradoura.

MMUN III: Assembleia Geral

11. A Questão da Solução de Dois Estados:

A solução de dois estados, com Israel e Palestina coexistindo pacificamente como dois países independentes, continua sendo uma proposta central na diplomacia internacional. No entanto, a guerra de Gaza e a falta de progresso nas negociações têm enfraquecido essa perspectiva, tornando cada vez mais difícil alcançar um acordo permanente e sustentável.

O conflito em Gaza é um dos eventos mais trágicos e prolongados da história recente do Oriente Médio, e seu impacto reverbera em uma escala global, criando um efeito cascata de tensões regionais, alianças internacionais e novos desafios para a segurança global. A continuidade das hostilidades, a radicalização de facções e o fracasso das iniciativas diplomáticas tornam a região ainda mais instável, com consequências duradouras para a paz no Oriente Médio e a política internacional.



5.3 BRICS e Sua Relevância Geopolítica



BRICS: Uma Análise Completa e Suas Relações com os Conflitos Geopolíticos Atuais

O BRICS é um bloco econômico e político composto por cinco grandes economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Criado com o objetivo de promover a cooperação e o desenvolvimento entre países emergentes, o BRICS tem desempenhado um papel cada vez mais significativo na geopolítica global, influenciando e sendo influenciado por diversos conflitos regionais e globais. Este guia de estudo oferece uma visão abrangente do BRICS, incluindo sua formação, objetivos, estrutura, principais iniciativas e desafios, além de explorar sua interação com os principais conflitos geopolíticos atuais discutidos anteriormente, como os conflitos na Ucrânia, Taiwan, Oriente Médio, América Latina e a crise Brasil-Venezuela.

MMUN III: Assembleia Geral

Origem e Formação do BRICS

1. A Formação do BRICS:

O conceito inicial de BRICS surgiu em 2001, quando o economista Jim O’Neill da Goldman Sachs identificou o potencial de crescimento de um grupo de economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China. O termo BRIC foi criado a partir da primeira letra de cada país. Em 2010, a África do Sul foi convidada a integrar o bloco, formando o atual BRICS

2. Motivos para a Criação do BRICS:

O BRICS foi concebido como uma resposta à dominação econômica e política das potências ocidentais, especialmente os Estados Unidos e os países da União Europeia. O objetivo do bloco é promover um novo sistema internacional mais multipolar, defendendo maior representatividade no sistema de governança global.

Objetivos e Propósitos do BRICS

2. Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social:

O BRICS visa estimular o crescimento econômico sustentável e a redução das desigualdades sociais dentro de seus países membros, com foco em áreas como infraestrutura, educação, saúde e energia sustentável.

3. Desafios ao Sistema Internacional Tradicional:

O BRICS busca aumentar a influência de países em desenvolvimento nas principais organizações internacionais, como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Este desafio é particularmente visível em sua postura em relação ao conflito Ucrânia-Rússia, onde o bloco tende a apoiar a soberania e a autodeterminação dos países, mas também se posiciona contra intervenções externas unilaterais, como o apoio ocidental ao governo ucraniano.

4. Multipolaridade e Reforma das Instituições Internacionais:

O BRICS defende a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a ampliação da representatividade do FMI e a criação de novos mecanismos financeiros alternativos, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Esta posição reflete o objetivo do bloco de desafiar a ordem internacional liderada pelos países ocidentais, o que também se reflete em sua postura sobre a questão de Taiwan e a crescente tensão no Indo-Pacífico.

MMUN III: Assembleia Geral

Relação do BRICS com os Principais Conflitos Geopolíticos

5. Conflito Rússia-Ucrânia:

O BRICS tem adotado uma postura mais cautelosa no conflito entre a Rússia e a Ucrânia, em parte devido aos interesses divergentes entre os membros. A Rússia, parte do bloco, tem recebido apoio implícito de outros membros, como China e Índia, que, apesar de não apoiarem diretamente a invasão russa, se opõem às sanções ocidentais e ao uso de força militar estrangeira. O Brasil e a África do Sul, enquanto expressam preocupações humanitárias, destacam a importância da negociação diplomática e da resolução pacífica do conflito.

6. A Questão Taiwan e o Indo-Pacífico:

A China desempenha um papel central no BRICS e sua postura em relação a Taiwan e ao Indo-Pacífico influencia a dinâmica do bloco. O BRICS, enquanto grupo, tende a apoiar a soberania territorial da China, inclusive sobre Taiwan, reforçando a posição chinesa de que Taiwan é uma província da China. No entanto, a Índia, com uma relação complicada com a China, especialmente devido ao conflito fronteiriço no Himalaia, adota uma abordagem mais cautelosa e equilibrada, evitando alinhar-se completamente com a postura chinesa. O BRICS se esforça para manter um equilíbrio entre os interesses da China e os da Índia, ao mesmo tempo que promove uma agenda de paz e estabilidade no Indo-Pacífico.

7. Conflitos no Oriente Médio e a Cascata da Guerra de Gaza:

O BRICS se posiciona, em grande parte, como defensor de uma solução pacífica para os conflitos no Oriente Médio, incluindo a questão da Gaza. Apesar de as divisões internas entre os membros existirem, com países como a Índia e a África do Sul tendo posições mais fortes em favor dos direitos palestinos, o bloco geralmente defende a resolução pacífica por meio do diálogo e da diplomacia. Além disso, o BRICS expressa sua oposição às intervenções militares externas na região e apoia a soberania e independência dos países do Oriente Médio.

8. A Crise Brasil-Venezuela e Suas Implicações Regionais:

O BRICS, especialmente o Brasil, tem visto a crise Brasil-Venezuela como um desafio diplomático interno. O bloco tem, por um lado, apoiado os direitos humanos e a democracia na Venezuela, enquanto, por outro, o Brasil enfrenta desafios relacionados à sua política externa sob diferentes governos. O BRICS tem buscado uma solução negociada para a crise venezuelana, com foco na estabilidade regional, ao mesmo tempo que questiona as intervenções externas na política interna da Venezuela. A situação destaca a polarização política interna no Brasil, o que afeta a coesão interna do BRICS.

MMUN III: Assembleia Geral

9. Brasil, Rússia e América Latina:

O BRICS desempenha um papel importante na América Latina, especialmente no contexto da polarização política. O bloco se opõe às tentativas de intervenção estrangeira em países latino-americanos, como a Venezuela, e tem defendido uma agenda de não-intervenção e soberania nacional. Além disso, as economias do BRICS têm trabalhado para aumentar os fluxos comerciais e financeiros com países latino-americanos, como parte de sua estratégia de diversificação e de maior influência global.

Estrutura e Funcionamento do BRICS

10. Reuniões Anuais e Cúpulas:

O BRICS realiza encontros anuais, onde os líderes discutem questões relacionadas a comércio, segurança, desenvolvimento sustentável e a governança internacional. Esses encontros também servem como uma plataforma para coordenar posições sobre questões globais, como as sanções à Rússia, a questão de Taiwan, os conflitos no Oriente Médio e as implicações da crise na Venezuela.

11. Instituições e Iniciativas:

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Acordo de Contingente de Reservas (CRA) são ferramentas importantes do BRICS, que buscam proporcionar alternativas financeiras aos modelos ocidentais, especialmente em tempos de crise econômica, como o que se observa com as tensões em Taiwan ou o impacto econômico da guerra Ucrânia-Rússia.

Desafios e Críticas ao BRICS

12. Diferenças Econômicas e Políticas:

O BRICS enfrenta divergências internas significativas, com países como China e Índia disputando a liderança do bloco, e os outros membros tendo agendas regionais e políticas externas distintas. Esses desafios podem dificultar a coesão do bloco, especialmente em questões delicadas como a soberania de Taiwan, a resolução de conflitos no Oriente Médio e as políticas de migração relacionadas à crise Brasil-Venezuela.

O BRICS continua sendo um bloco importante na política e economia mundial, com crescente influência em diversas questões globais. Sua postura de promover um sistema internacional mais multipolar se reflete nas discussões sobre os conflitos geopolíticos atuais, incluindo a guerra na Ucrânia, a questão de Taiwan, os conflitos no Oriente Médio e a crise na Venezuela. Embora enfrente desafios

MMUN III: Assembleia Geral

internos significativos, como as divergências políticas e as diferenças econômicas, o BRICS mantém-se como um pilar essencial no esforço de reformulação da ordem mundial, sendo fundamental para desafiar as dinâmicas tradicionais e promover uma governança global mais inclusiva e equilibrada.

5.4 Conflitos em Moçambique e Relações com a África do Sul



Conflitos em Moçambique e a Relação com a África do Sul: Implicações Regionais e Interações Geopolíticas

O contexto geopolítico de Moçambique, especialmente no que se refere aos conflitos internos e à sua interação com a África do Sul, oferece uma análise complexa sobre segurança regional, desafios econômicos e dinâmicas de poder na África Austral.

Moçambique, um país com uma história marcada por guerras civis e tensões políticas internas, encontra-se no centro de uma série de questões que também refletem as preocupações globais e as implicações de conflitos em outras regiões, como o Oriente Médio, a Ásia-Pacífico, e as disputas envolvendo potências emergentes como os membros do BRICS. Este guia de estudo conecta os conflitos em Moçambique com as dinâmicas de soberania nacional, intervenções externas, imperialismo moderno, e os impactos das relações entre potências globais e regionais.

MMUN III: Assembleia Geral



1. O Conflito em Moçambique e o Impacto Regional:

Os conflitos em Moçambique têm sido uma mistura de violência política e tensões étnicas, particularmente desde o fim da guerra civil nos anos 1990, que deixou o país com uma frágil estabilidade. Desde então, os desafios de segurança e governança têm sido exacerbados por grupos armados como a Renamo e, mais recentemente, por insurgentes ligados ao Estado Islâmico em Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

Esses conflitos têm implicações não apenas para Moçambique, mas para toda a África Austral. A África do Sul, como potência regional, tem um papel crucial tanto na assistência humanitária quanto nas ações de mediação e estabilização. A crise de segurança e a ameaça de extremismo islâmico em Moçambique geram preocupações sobre a propagação da violência para países vizinhos, especialmente África do Sul, que já enfrenta desafios próprios em termos de segurança interna e gestão de fronteiras.

2. A Relação entre Moçambique e África do Sul:

A África do Sul tem um histórico de intervenção diplomática e apoio à estabilidade na África Austral, sendo uma das principais potências econômicas e militares do continente. As tensões em Moçambique, particularmente nas províncias de Cabo Delgado, afetam diretamente a África do Sul, que tem interesses estratégicos na região.

Intervenção Militar e Cooperação Regional: A África do Sul tem cooperado com Moçambique no combate aos insurgentes e na manutenção da paz. Em 2020, o governo sul-africano enviou forças de paz para ajudar Moçambique a combater os grupos armados no norte. Além disso, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da qual ambos os países são membros, tem desempenhado um papel importante no apoio às iniciativas de paz. No entanto, a soberania nacional de Moçambique e

MMUN III: Assembleia Geral

o risco de uma intervenção externa mais ampla geram tensões sobre até que ponto a África do Sul pode envolver-se sem prejudicar a independência do país vizinho.

Impactos Econômicos e Fronteiriços: A África do Sul é um dos maiores parceiros comerciais de Moçambique, e a estabilidade de seu vizinho é crucial para a segurança econômica regional. A crescente insegurança no norte de Moçambique afeta as estruturas comerciais e impede o desenvolvimento de áreas chave, como energia e infraestrutura, que são vitais para os dois países. A relação entre ambos também é afetada por fluxos migratórios e o impacto da violência no setor de turismo.

3. A Conexão com Outras Dinâmicas Globais:

O conflito em Moçambique não é isolado e está interligado com outras questões geopolíticas globais, particularmente as tensões entre potências emergentes, como os países do BRICS, e as potências tradicionais. O impacto dessas dinâmicas globais afeta tanto as relações bilaterais como a resposta internacional aos desafios internos de Moçambique.

BRICS e a Ascensão de Potências Emergentes: O BRICS, do qual África do Sul é membro, tem promovido uma agenda de multipolaridade e autonomia no cenário internacional. As tensões no Oriente Médio e na Ásia-Pacífico, com a rivalidade entre os EUA e a China, e as declarações de Donald Trump sobre a anexação de territórios, afetam a dinâmica global de segurança e influência. O BRICS é uma plataforma que enfatiza a não-intervenção e o respeito à soberania nacional, e a situação em Moçambique é um exemplo de como as potências emergentes têm buscado soluções regionais para desafios globais, sem recorrer a soluções militares unilaterais típicas das grandes potências.

Rússia-Ucrânia e Intervenções Externas: A relação entre as intervenções externas em conflitos como a Ucrânia e as respostas no contexto africano, como em Moçambique, ressalta o dobro padrão em políticas de intervenção. Assim como a Rússia enfrenta uma resistência internacional por suas ações na Ucrânia, a África do Sul e outros países da região são críticos a intervenções estrangeiras não solicitadas, defendendo soluções africanas para problemas africanos.

Taiwan e o Indo-Pacífico: Embora geograficamente distante, a questão de Taiwan também se conecta com a situação de Moçambique ao exemplificar como potências como os EUA e a China tentam exercer influência geopolítica por meio de interesses estratégicos. O papel da China no continente africano, especialmente no comércio e na infraestrutura, também influencia o cenário em Moçambique, com a China sendo um parceiro estratégico tanto para Moçambique quanto para a África do Sul, em especial no campo da infraestrutura e energia.

4. A Questão da Soberania e do Imperialismo Moderno:

As propostas de Donald Trump sobre a anexação de territórios e o controle de vias estratégicas, como o Canal do Panamá, têm repercussões globais que se estendem para as discussões sobre soberania e as respostas internacionais a conflitos como os de Moçambique.

Impacto sobre a África do Sul e Moçambique: As ideias de Trump sobre dominação territorial e controle econômico se alinham com as críticas feitas ao imperialismo moderno. A África do Sul, como membro do BRICS, e Moçambique, como país que luta pela soberania e independência, rejeitam qualquer forma

MMUN III: Assembleia Geral

de intervenção externa que ameace seus interesses ou desafie sua autodeterminação. O impacto de intervenções externas, como as que ocorrem no Oriente Médio, é observado com cautela, com um forte apelo à não-interferência e à resolução pacífica dos conflitos.

Os conflitos em Moçambique, especialmente no norte do país, refletem as complexas dinâmicas de segurança e desafios de governança que não são isolados, mas interligados com questões globais mais amplas. A relação com a África do Sul destaca a necessidade de cooperação regional para resolver crises, com ambos os países focados na proteção de sua soberania e interesses econômicos. Além disso, a situação em Moçambique está profundamente relacionada com a disputa global sobre soberania nacional, intervenções externas e imperialismo moderno, temas também presentes em outros conflitos globais, como os da Rússia-Ucrânia, a crise em Taiwan, e as tensões no Oriente Médio. A conexão entre esses temas reflete o crescente apelo a uma ordem multipolar e ao fortalecimento das soluções regionais para problemas globais.

5.7. Ações dos EUA para a Soberania Internacional



Anexação e Soberania: Como as Declarações de Trump se Relacionam com os Conflitos Geopolíticos e Iniciativas Globais

O episódio recente das declarações de Donald Trump sobre a anexação do Canadá, a compra da Groenlândia e o controle sobre o Canal do Panamá coloca questões centrais sobre a soberania nacional, a expansão territorial e o imperialismo moderno, tópicos que reverberam em uma série de outros conflitos geopolíticos e dinâmicas internacionais. Este texto conecta essas declarações a uma análise mais ampla sobre as tensões geopolíticas contemporâneas discutidas em outros guias de estudo, como o conflito Rússia-Ucrânia, a situação de Taiwan, os desdobramentos no Oriente Médio, as questões na América Latina e o papel do BRICS nas relações globais.



MMUN III: Assembleia Geral

1. O Impacto da Soberania Nacional:

As propostas de Trump destacam uma visão expansionista que colide diretamente com os princípios de soberania e autodeterminação, fundamentais nas discussões de conflitos como a Ucrânia e Taiwan.

Conflito Rússia-Ucrânia: A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e a subsequente invasão da Ucrânia em 2022 são eventos diretamente relacionados à questão da soberania territorial. O apoio internacional à soberania ucraniana se reflete na resistência contra qualquer proposta de anexação de países ou territórios, como a ideia de Trump sobre o Canadá e a Groenlândia. Esses eventos reforçam o entendimento de que qualquer violação da integridade territorial é vista como uma ameaça à ordem internacional estabelecida.

Taiwan e a China: A posição dos EUA em relação a Taiwan, e a postura de Trump sobre a possível expansão dos EUA, ecoa a disputa de soberania sobre Taiwan entre a China e os EUA. A China insiste que Taiwan é parte de seu território, enquanto os EUA, embora não reconheçam oficialmente Taiwan como um estado independente, apoiam sua autonomia de forma indireta. As declarações de Trump sobre anexações podem ser vistas como uma continuação dessa lógica, mas em direção a outras regiões, gerando tensões relacionadas a como a soberania é respeitada nas relações internacionais.

2. Imperialismo Moderno e a Resistência Global:

O discurso de Trump sobre a anexação de territórios ecoa práticas imperialistas do passado, um tema central nas discussões sobre o Oriente Médio e a América Latina. Em particular, as propostas de Trump e sua postura “America First” são vistas como uma ameaça à autonomia de outras nações.

Oriente Médio: O histórico de intervenções no Oriente Médio, especialmente por parte dos EUA, tem gerado uma resistência considerável. As recentes tensões em Gaza e os conflitos no Oriente Médio são um reflexo dessa dinâmica de intervenção estrangeira. O movimento de Trump para buscar maior controle sobre o Canal do Panamá ou adquirir territórios como a Groenlândia é um exemplo do tipo de intervenção imperialista que os países da região e, mais amplamente, as potências emergentes (como os membros do BRICS) rejeitam.

América Latina: O caso da Venezuela, por exemplo, exemplifica como intervenções externas, disfarçadas de iniciativas de ajuda humanitária ou de proteção de interesses estratégicos, são vistas como agressões imperialistas. A tentativa de Trump de controlar o Canal do Panamá ou anexar o Canadá reflete uma abordagem similar de dominação territorial e econômica, com implicações para a soberania e os interesses da América Latina.

3. O Papel do BRICS e da Multipolaridade Global:

Os membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) têm se posicionado contra políticas de dominação e anexação no cenário internacional. As declarações de Trump e sua postura expansionista são vistas como uma afronta à ideia de um mundo multipolar, no qual os países emergentes buscam maior representatividade e influência nas questões globais.

MMUN III: Assembleia Geral

Relação com a Rússia e a Ucrânia: A postura do BRICS em relação à Rússia-Ucrânia já está inserida em uma dinâmica de contestação ao poder ocidental. Trump, com suas propostas de anexação, ao mesmo tempo que desafia os princípios de soberania nacional, também fragiliza o conceito de multipolaridade, que defende um mundo com diversas potências globais e não dominado por uma superpotência.

China e Taiwan: O BRICS, por meio de sua China, tem sido crítico de qualquer tentativa de interferência nos assuntos internos de Taiwan e se opõe a quaisquer iniciativas que desafiem a unidade territorial da China. As propostas de Trump sobre anexar o Canadá e a Groenlândia podem ser interpretadas como parte de um fluxo de ideias que busca um retorno ao imperialismo unipolar, um movimento que é rejeitado por países como a China e a Índia, que lutam pela criação de um sistema de governança global mais equilibrado.

4. O Contexto Global de Rejeição ao Expansionismo:

As propostas de Trump refletem um sentimento expansionista que é incomum nas discussões geopolíticas atuais. Enquanto o mundo, especialmente nas regiões afetadas por esses conflitos, tem promovido uma agenda de diálogo diplomático e resolução pacífica de disputas, a retórica de Trump alimenta a ideia de que o uso de força ou pressão unilateral poderia redefinir as fronteiras internacionais.

Tensões no Oriente Médio e o Caso Gaza: No Oriente Médio, qualquer tipo de expansão territorial ou interferência direta em territórios soberanos, como o que foi sugerido em relação ao Canal do Panamá ou à Groenlândia, é intensamente monitorado e contestado por países e organizações internacionais. A

ideia de controlar áreas de interesse estratégico, como o Canal do Panamá, levanta preocupações sobre o imperialismo, refletindo as tensões globais sobre a paz e a segurança internacional.

As declarações de Donald Trump sobre a anexação e controle de territórios estão profundamente relacionadas com os principais temas da geopolítica contemporânea, como a soberania nacional, a multipolaridade e a contestação ao imperialismo. Esses tópicos reverberam em conflitos como a Rússia-Ucrânia, as tensões em Taiwan, a situação no Oriente Médio e as disputas de poder na América Latina. O BRICS e os países emergentes têm se posicionado contra práticas que desafiam a ordem internacional baseada na cooperação e no respeito à soberania nacional, como as propostas de Trump. Assim, essas declarações não apenas afetam as relações bilaterais, mas também reforçam a crescente polarização entre nações que buscam um novo modelo de governança global e aquelas que ainda defendem o modelo de dominação unipolar.

5. Ciber segurança e Guerras Híbridas:

Os Estados Unidos enfrentam ameaças constantes no domínio cibernético, com origem em países como Rússia, China, Irã e Coreia do Norte. Ataques a infraestruturas críticas, manipulação eleitoral e espionagem industrial fazem parte de uma nova dinâmica de guerras híbridas, em que não há confrontos armados diretos, mas sim disputas em múltiplos campos (informação, tecnologia e economia).

MMUN III: Assembleia Geral

O governo norte-americano investe em defesa cibernética por meio de órgãos como a NSA e o Cyber Command, além de firmar acordos multilaterais com países aliados para garantir resiliência frente a essas ameaças.

6. Competição Por Novos Mercados e Liderança Tecnológica:

A disputa tecnológica entre Estados Unidos e China é uma das principais tensões da ordem global atual. Os EUA lideram em setores como semicondutores, inteligência artificial e biotecnologia, mas enfrentam crescente concorrência chinesa.

O governo americano impõe restrições à exportação de tecnologias estratégicas para adversários geopolíticos, incentiva a produção doméstica de microchips e promove investimentos em pesquisa e inovação tecnológica, buscando manter a liderança em mercados emergentes do século XXI.

MMUN III: Assembleia Geral

6. Pontos de Discussão

6.1. Impactos Globais dos Conflitos

Os conflitos históricos e contemporâneos entre grandes potências e em regiões estratégicas têm consequências profundas para a segurança internacional, os direitos humanos e o meio ambiente. A proliferação nuclear, combinada com disputas geopolíticas e instabilidades regionais, aumenta o risco de confrontos devastadores que podem causar impactos irreversíveis:

Impactos Humanitários: Conflitos nucleares ou regionais podem resultar na morte imediata de milhões de pessoas, gerar crises humanitárias massivas e deslocar populações, como ocorreu em

conflitos recentes na Síria e no Iêmen. Além disso, as doenças causadas pela radiação e os danos de longo prazo, como câncer e mutações genéticas, agravariam a situação de gerações futuras.

Impactos Ambientais: Conflitos envolvendo armas nucleares poderiam levar a um “inverno nuclear”, onde a fuligem na atmosfera bloqueia a luz solar, causando colapso de colheitas, fome global e danos ecológicos irreversíveis. Eventos como o desastre de Chernobyl demonstram os efeitos devastadores da contaminação radioativa.

Instabilidade Regional e Global: Regiões estratégicas, como o Mar do Sul da China, Europa Oriental e Oriente Médio, tornam-se centros de instabilidade global, com o potencial de desencadear crises maiores. A ausência de acordos eficazes para conter conflitos nessas áreas amplifica os riscos globais.

6.2. Intervenção Internacional e Papel das Potências

O papel das grandes potências – Estados Unidos, Rússia, China e União Europeia – é central na mediação de conflitos e na promoção da estabilidade. Contudo, rivalidades e agendas geopolíticas muitas vezes dificultam uma atuação eficaz.

Rivalidades entre Potências:

Estados Unidos e China: A disputa pelo Mar do Sul da China, incluindo a militarização da região e operações de “liberdade de navegação” pelos EUA, é um exemplo de como rivalidades geopolíticas podem levar a escaladas.

Rússia e Ocidente: A expansão da OTAN para o leste é vista pela Rússia como uma ameaça, alimentando conflitos como a anexação da Crimeia e o apoio russo aos separatistas na Ucrânia.

Oriente Médio: A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita exemplifica como potências regionais contribuem para a perpetuação de conflitos, como no Iêmen e no Estreito de Ormuz.

MMUN III: Assembleia Geral

Acordos de Controle de Armas: O colapso de tratados como o INF e as incertezas em torno do Novo START evidenciam a falta de mecanismos globais eficazes para limitar arsenais e promover a desescalada.

Proliferação Nuclear: O desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte e a retomada do programa nuclear do Irã, após a retirada dos EUA do JCPOA, agravam as tensões. A possibilidade de

armas nucleares caírem nas mãos de grupos terroristas ou atores não estatais exige uma ação internacional coordenada.

6.3. Soluções e Estratégias para a Paz Duradoura

A busca pela estabilidade global e pela mitigação de tensões exige um compromisso coletivo de potências e instituições multilaterais. Algumas estratégias essenciais incluem:

Fortalecer o Diálogo Diplomático: Estabelecer fóruns de diálogo multilateral para abordar disputas territoriais e questões nucleares.

Envolver mediadores internacionais neutros para construir confiança entre as partes envolvidas.

Promover o Desarmamento Nuclear: Reforçar tratados internacionais, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT).

Firmar novos acordos bilaterais e multilaterais que limitem arsenais nucleares e impeçam a modernização de armas destrutivas.

Estabelecer Medidas de Prevenção: Aumentar a segurança física e cibernética de instalações nucleares para prevenir roubos de materiais radioativos.

Limitar a militarização em áreas disputadas, como o Mar do Sul da China, por meio de acordos de desmilitarização.

Mitigar os Impactos de Conflitos:

Desenvolver planos robustos de resposta humanitária, incluindo reassentamento de refugiados, reconstrução de áreas afetadas e tratamento médico para populações atingidas.

Promover a cooperação global para enfrentar crises ambientais e econômicas decorrentes de conflitos.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas têm um papel crucial em liderar e coordenar essas ações, garantindo que esforços coletivos sejam feitos para evitar uma catástrofe nuclear e preservar a paz e a segurança globais.

7. POSICIONAMENTOS

7.1. Estados Unidos: Dissuasão nuclear e modernização do arsenal: Defendem a renovação de suas capacidades nucleares como meio de preservar a superioridade estratégica e garantir a segurança nacional.

Postura em relação ao Irã: Consideram o programa nuclear iraniano uma ameaça à segurança regional e global, apoiando sanções rigorosas e ações preventivas para impedir o avanço desse programa.

Geopolítica global: Buscam conter a influência de China e Rússia, utilizando alianças como a OTAN para fortalecer sua posição em regiões estratégicas, incluindo Europa e Indo-Pacífico.

7.2. Rússia: Arsenal nuclear e política de segurança: Enxerga seu arsenal nuclear como um pilar central de sua segurança nacional e uma ferramenta essencial para dissuadir intervenções ocidentais.

Postura contra a OTAN: Critica a expansão da OTAN, especialmente em direção às suas fronteiras, considerando-a uma ameaça direta à sua soberania e influência regional.

Alianças estratégicas: Apoiar regimes aliados como o Irã e a China, além de atuar em zonas de influência, como o Oriente Médio e a Ucrânia, para fortalecer sua posição contra os EUA.

7.3. China: Soberania e dissuasão mínima: Enfatiza a proteção de sua soberania territorial, especialmente em áreas como o Mar do Sul da China, e adota uma política nuclear de dissuasão mínima, garantindo defesa sem iniciar uma corrida armamentista.

Apoio ao Irã: Mantém relações estratégicas com o Irã e critica as ações ocidentais que militarizam áreas próximas de suas fronteiras.

Competição com os EUA: Reage às pressões dos EUA com a modernização de seu exército e estabelecimento de parcerias no Indo-Pacífico e além.

7.4. França: Multilateralismo e desarmamento controlado: Promove o diálogo internacional e o controle de armas como meios de evitar a proliferação nuclear, enquanto preserva seu arsenal como medida de dissuasão.

Intervenção em conflitos: Atua como mediadora em conflitos globais, enfatizando a importância da União Europeia como força estabilizadora e diplomática.

Oriente Médio: Crítica ao programa nuclear do Irã e a qualquer potencial desestabilização na região.

MMUN III: Assembleia Geral

7.5. Reino Unido: Aliança com os EUA: Prioriza uma política de alinhamento com os Estados Unidos, especialmente em questões de segurança, como a manutenção de seu programa Trident.

Dissuasão nuclear: Sustenta a importância de seu arsenal nuclear como parte da OTAN e da segurança europeia.

Controle de armas: Apoiava iniciativas para regular a proliferação nuclear, buscando equilibrar segurança e diplomacia.

7.6. Brasil: Desarmamento nuclear: Firme defensor do desarmamento global, mantém o Tratado de Tlatelolco como base para uma América Latina livre de armas nucleares.

Atuação diplomática: Promove o diálogo multilateral em fóruns como a ONU, enfatizando soluções pacíficas para conflitos globais.

Postura independente: Embora alinhado a princípios de desarmamento, evita polarizações entre potências.

7.7. África do Sul: Renúncia nuclear: Primeiro país a abdicar voluntariamente do desenvolvimento de armas nucleares, servindo como modelo de desarmamento.

Zona livre de armas nucleares: Defende o Tratado de Pelindaba e apoia a criação de zonas livres de armas nucleares em outras regiões.

Mediação regional: Prioriza o multilateralismo e a resolução de conflitos regionais por meio da União Africana.

7.8. Irã: Programa nuclear: Argumenta que seu programa tem fins pacíficos, mas enfrenta acusações de enriquecimento de urânio para armas nucleares.

Relações internacionais: Rejeita sanções dos EUA e busca alianças com Rússia e China para resistir às pressões ocidentais.

Segurança regional: Condena a presença militar estrangeira no Oriente Médio e se posiciona como líder regional contra o imperialismo.

7.9. Índia: Justificativa nuclear: Desenvolveu armas nucleares como resposta às ameaças de segurança do Paquistão e da China.

Posição sobre o TNP: Não é signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear, mas defende o controle da proliferação.

Relações regionais: Apoiava a resolução pacífica de conflitos no sul da Ásia, mantendo sua política de defesa como prioridade.

7.10. Israel: Ambiguidade estratégica: Não confirma nem nega a posse de armas nucleares, mantendo uma política de dissuasão para garantir sua segurança.

MMUN III: Assembleia Geral

Programa nuclear iraniano: Considera o Irã uma ameaça existencial e defende ações preventivas contra seu avanço nuclear.

Alianças regionais: Alinha-se aos EUA e busca fortalecer parcerias contra adversários regionais.

7.11. Palestina: Soluções pacíficas: Prioriza a criação de um Estado soberano e o reconhecimento internacional de seus direitos.

Zona livre de armas nucleares: Apoiava iniciativas de desarmamento nuclear no Oriente Médio, considerando a militarização de Israel uma ameaça.

7.12. Ucrânia: Desnuclearização: Após abrir mão de armas nucleares, defende a integridade territorial e condena a Rússia pela anexação da Crimeia.

Apoio ao Ocidente: Busca proteção militar e econômica da OTAN e da União Europeia.

Conflitos regionais: É crítica à militarização excessiva e ao uso de tecnologia para escaladas de tensão.

7.13. Japão: Desarmamento global: Defende o desarmamento nuclear como prioridade, sendo o único país a ter sofrido ataques nucleares.

Aliança com os EUA: Atua em parceria com os EUA para conter ameaças da Coreia do Norte e promover estabilidade no leste asiático.

Multilateralismo: Apoiava iniciativas diplomáticas para evitar a proliferação nuclear na região.

7.14. Coreia do Norte: Autodefesa: Justifica seu programa nuclear como resposta às ameaças externas, especialmente dos EUA e da Coreia do Sul.

Rejeição ao TNP: Considera as sanções internacionais ilegítimas e busca reconhecimento como potência nuclear.

7.15. Coreia do Sul: Desnuclearização da península: Defende um processo de diálogo e sanções contra a Coreia do Norte para alcançar a estabilidade regional.

Aliança estratégica: Trabalha em conjunto com os EUA para reforçar sua segurança e a paz na Ásia Oriental.

7.16. Alemanha: Controle de armas: Defende a imposição de sanções contra violadores de tratados de não proliferação.

Diplomacia ativa: Atua como mediadora em conflitos internacionais e promove o multilateralismo como solução para a segurança global.

8. Conclusão do Guia de Estudos: Reflexões sobre os Conflitos Geopolíticos Contemporâneos

Ao longo deste guia de estudos, exploramos uma série de conflitos geopolíticos que estão moldando a ordem mundial contemporânea, cada um com suas particularidades, mas todos interligados por temas centrais como soberania nacional, expansionismo territorial, intervenções externas e dinâmicas regionais e globais. De disputas de fronteira e recursos a tensões entre potências globais, a geopolítica atual é marcada por um desafio constante à ordem internacional estabelecida e pela ascensão de novas potências emergentes que buscam redefinir o sistema global. A seguir, apresentamos uma reflexão final sobre como todos os tópicos discutidos se interconectam.

8.1. A Soberania Nacional em Jogo

A questão da soberania nacional tem sido central em praticamente todos os conflitos discutidos. As propostas de Donald Trump sobre a anexação de territórios e o controle de áreas como o Canal do Panamá e a Groenlândia demonstram uma visão expansionista que desafia o conceito de fronteiras imutáveis e gera debates sobre as intenções imperialistas no contexto atual.

8.2. Intervenções Externas e Imperialismo Moderno

A discussão sobre intervenções externas e o retorno do imperialismo moderno é igualmente relevante. O Oriente Médio tem sido um epicentro de intervenções internacionais, com EUA e Rússia competindo por influência, enquanto no Indo-Pacífico, A África do Sul e Moçambique, por exemplo, demonstram como a intervenção externa pode ser vista de forma negativa, com países da África defendendo soluções locais e evitando a imposição de agendas externas.

8.3. A Dinâmica das Potências Emergentes: O Papel do BRICS

O papel de potências emergentes como os membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) tem sido de suma importância na construção de um novo modelo multipolar. Essas nações buscam reformar a ordem internacional, contestando práticas de dominação unipolar e propondo soluções mais equilibradas para questões globais. Os conflitos em Moçambique exemplificam como o BRICS tem se posicionado contra políticas de intervenção externa e a favor de soluções diplomáticas regionais que respeitam a soberania dos países.

8.4. A Influência do Imperialismo e os Movimentos de Expansão

Seja nas tentativas de expansão territorial por parte de Trump, seja nas ações da Rússia e da China, a ideia de um mundo dividido entre impérios continua a ser um tema relevante. O BRICS e países como África do Sul e Índia defendem um mundo multipolar, onde diversos centros de poder coexistem sem a necessidade de dominação imperialista. A soberania nacional e a não-interferência são princípios fundamentais que devem guiar as relações internacionais no cenário global contemporâneo.

MMUN III: Assembleia Geral

8.5. Impacto Regional e Relações Bilaterais:

Os conflitos em Moçambique, por exemplo, destacam a importância das relações regionais e do papel da África do Sul como potência regional. A cooperação regional no combate ao extremismo e à violência armada em países como Moçambique é crucial para a estabilidade da África Austral. Ao mesmo tempo, esses conflitos estão conectados a questões mais amplas, como a segurança global e as estratégias econômicas, refletindo como países emergentes e potências regionais gerenciam suas relações e se posicionam dentro da ordem global.

8.6. Conclusão Geral:

Os conflitos e tensões discutidos neste guia refletem a complexidade e a interconexão do cenário geopolítico global atual. A soberania nacional, as intervenções externas e o imperialismo moderno são temas que atravessam diversos conflitos. O papel de potências emergentes como o BRICS, a postura de resistência à dominação unipolar e a busca por soluções regionais mostram um movimento em direção a um sistema global mais multipolar, no qual o respeito à soberania nacional e a não-interferência são vitais para a manutenção da paz e da estabilidade.

Este guia de estudos proporciona uma análise detalhada das dinâmicas contemporâneas que definem os conflitos geopolíticos atuais, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel das potências globais, regionais e emergentes na formação da ordem mundial e suas implicações para as futuras

MMUN III: Assembleia Geral

gerações. A compreensão de como esses tópicos se entrelaçam ajudará a entender melhor os desafios globais, as estratégias de poder e as possíveis soluções para os conflitos internacionais.

Chegamos ao final deste guia, que foi cuidadosamente elaborado para servir como um ponto de partida para os debates e negociações que estão por vir. Aqui, vocês encontraram as ferramentas necessárias para compreender os temas que serão abordados neste comitê e as responsabilidades de cada papel. Contudo, o verdadeiro impacto desta experiência está além destas páginas: ele será construído por meio da dedicação, da criatividade e do compromisso que cada um de vocês trará para esta simulação.

Lembrem-se de que este comitê não é apenas uma prática de debate, mas uma oportunidade de desenvolver habilidades valiosas, como a empatia, a capacidade de argumentação e a busca por soluções concretas para problemas complexos. Estejam abertos a aprender uns com os outros e, principalmente, a crescer com cada desafio que vocês iram enfrentar. Estou ansiosa para ver as contribuições únicas que vocês trarão ao comitê e confio no potencial de cada um de vocês para fazer desta experiência algo marcante e transformador.

